

---

# Argantónio, um “guardião” da “Idade da Prata”?

## A possível estrutura mítica do rei tartéssico

PEDRO ARAÚJO ALBUQUERQUE\*

**R E S U M O** Os diversos textos literários clássicos referem-se a Argantónio como um rei de grande longevidade, o que motivou, até aos nossos dias, um intenso debate em torno da sua existência como personalidade única ou, simplesmente, a representação de uma dinastia, histórica e arqueologicamente comprovada. Estudos feitos sobre alguns fragmentos de fontes literárias antigas, nomeadamente Heródoto I, 163, bem como *Os Trabalhos e os Dias*, de Hesíodo, vieram revelar uma possível via de investigação na definição da raiz mítica deste Rei na historiografia actual, ao localizar a origem da sua figura no “mito das idades”, lançando novas bases para o entendimento e interpretação de fontes claramente posteriores aos acontecimentos narrados. Apresentar-se-ão neste texto os resultados preliminares desse estudo.

**A B S T R A C T** The diverse classic literary texts mention Arganthonius to it as a king of great longevity, what it motivated, until the our days, an intense debate around its existence as only personality or, simply, the representation of a dynasty, historical and arqueologicamente proven. Studies made on some fragments of old literary sources, nominated Herodotus I, 163, as well as the Works and the Days, of Hesiodus, had come to disclose a possible way of inquiry in the definition of the mythical root of this King in the current historiography, when locating the origin of its figure in myth of the ages, launching new bases for the agreement and interpretation of clearly posterior sources to the told events. The preliminary results of this study will be presented in this text.

### Introdução

O interesse pela figura do rei Argantónio, nuclear na historiografia espanhola desde o século XVI, tem vindo a motivar, desde os debates presentes nas fontes literárias antigas, um importante rol de interpretações em torno do que cremos que se trata de parte integrante de um mito. Figura retomada no século XVI, Argantónio adquire vários tipos de perfis ao longo das análises historiográficas do fragmento da *História* de Heródoto (I, 163), reflectindo, de uma forma aberta,

outras vezes encoberta, a concepção que cada investigador tem do Ser Humano e do próprio conceito de passado no seu contexto histórico-cultural. Este artigo visa sobretudo destacar essas visões, dando prioridade às interpretações que ainda hoje fazem parte do nosso repertório interpretativo, assim como uma visão diacrónica de quem é o rei de Tartessos nas fontes literárias, na historiografia entre os séculos XVI e XX, nas investigações arqueológicas e, finalmente, na proposta aqui apresentada: na mitologia grega.

Não será de espantar, portanto, que o contexto político e a necessidade de justificar o presente com base no passado influem directamente sobre a forma como interpretamos, o que afasta definitivamente a visão utópica de uma Historiografia imparcial na qual não tem influência a ideologia do investigador. A investigação, tanto historiográfica como arqueológica, é um reflexo daquilo que somos, do que pensamos, e do que queremos ser; é neste sentido que a interpretação histórica se confunde com a interpretação dos mitos, em dois tempos completamente distintos. O nome de Argantónio e a sua longevidade tornam-se um "topos literário" de um reinado feliz e rico (Wagner, 2000), o que o torna numa figura de destaque da historiografia ao longo dos tempos. Analisemos, não obstante, as diversas vertentes de estas interpretações.

## 1. Argantónio: as fontes clássicas

Partindo de uma análise diacrónica, desde a menção mais antiga às grandes linhas de pensamento que se movem na actualidade em torno da figura de Argantónio, encontramos a suposta primeira referência em Anacreonte (citado em Estrabão III 2, 15), que destaca a longevidade deste rei, informação esta que se encontra complementada pela descrição das riquezas deste reino e, sobretudo, da montanha de prata, por Estesícoro (citado em Estrabão III 2, 12). Mais tarde, Heródoto (I, 163) refere-se ao mesmo tipo de informação, destacando a existência de um monarca que viveu durante cento e vinte anos, dos quais reinou oitenta. Este fragmento sugere-nos que os focenses foram os primeiros a chegar a Tartessos, travando conhecimento e amizade com Argantónio, para que lhes fornecesse materiais para a construção de uma muralha perante a ameaça persa na Jónia. Aquele chegou mesmo a convidá-los para viver no seu reino, dando-lhes depois meios que permitissem a construção da sua muralha.

*“Os habitantes da Fócea foram os primeiros a realizar longas viagens por mar e foram eles que descobriram o Adriático, Tirreno, Ibéria e Tartessos. Não navegaram em naves mercantes, mas sim em pentecônteras. E ao chegar a Tartessos fizeram grande amizade com o rei dos tartéssios, cujo nome era Argantónio, que (como um tirano) governou Tartessos durante oitenta anos e viveu um total de cento e vinte. Pois bem, os focenses fizeram-se tão amigos deste homem que, primeiro animou-os a abandonar a Jónia e a estabelecer-se na zona dos seus domínios que preferissem, e, logo, ao não poder persuadi-los sobre o caso, quando se apercebeu por eles de como aumentava o medo, deu-lhes meios<sup>1</sup> para rodear a sua cidade com um muro. E deu-os em abundância, pois o perímetro da muralha mede, com efeito, não poucos estádios e toda ela é de blocos de pedra grandes e bem emparelhados.”*

Heródoto I, 163

(Tradução de Carlos Schrader, Madrid, Gredos, 2000, adaptado)

O fragmento de Heródoto é o primeiro que é, realmente, explícito na referência a Argantónio, sendo citado algumas vezes por autores posteriores, inscrevendo-o no contexto das

viagens de Colaios de Samos a Ocidente (Heródoto IV, 152: este fragmento está indirectamente ligado a I, 163, pelo que achamos desnecessários quaisquer comentários mais extensos).

Assim, Estrabão (III 2, 14 e 15), autor contemporâneo de Augusto, afirma que a longevidade dos homens de Tartessos, especialmente dos seus chefes, deve-se sobretudo à imensa riqueza deste território, citando Anacreonte (*PMG 361*), um poeta do século VI a.C. (“*Mas eu não quereria, nem o corno de Amalteia, nem cento e cinquenta anos em Tartessos reinar*”): este fragmento de Anacreonte deve ser interpretado, segundo Estrabão, como “nem por tanto tempo”, o que não significa, em nossa opinião, que se refira ao citado rei, como a maior parte dos autores sustenta; se é um exagero a atribuição desta idade a Argantónio (Schulten, 1945, p. 93-94, 105), não o será menos interpretá-lo como uma alusão indirecta ao “Homem de Prata”. Plínio (*nat.* 7.154), citando também Anacreonte que, como já foi dito, referir-se-ia a Argantónio como um rei que viveu cento e cinquenta anos (esta é somente uma analogia de Estrabão e Plínio), atribui à sua existência um total de cento e vinte, tal como Heródoto (Plínio, *nat.* 7.154).

Anacreonte teria sido, portanto, o primeiro autor a atribuir aos homens e chefes de Tartessos uma grande longevidade sem, contudo, se referir a um rei específico; originalmente, os homens deste reino viviam durante cento e cinquenta anos ou, se considerarmos Estrabão, viviam apenas durante muito tempo e não tem grande sentido a atribuição dessa idade; com Heródoto, a idade da morte desta gente desce aos cento e vinte anos, o que poderá significar uma nova interpretação desta questão e, desta forma, uma aproximação a outro tipo de universo de pensamento, como iremos ver. Os autores posteriores não fazem mais do que citar Anacreonte e Heródoto, não introduzindo praticamente nenhuma novidade, o que torna desnecessária uma análise mais detida de cada um deles.

A literatura Antiga é, como termo de comparação, bastante rica em relatos por vezes míticos das viagens ao *mais além* (García Gual, 2001, p. 33-110), aos confins da terra habitada, onde nenhum mortal lograra chegar: veja-se, por exemplo, Gilgamesh, Hércules, Ulisses e talvez Melkart. Este tema será tratado no último item deste artigo, pelo que deixamos, desde já, um pequeno ponto de referência para as viagens focenses a Tartessos...

## 2. A historiografia

“El presente ayuda a manipular el pasado para obtener la convicción, que no la prueba, de que todo ha venido siempre igual, e incluso razonablemente bueno en su sentido de progreso, ya que nos ha permitido llegar hasta aquí, por lo que no cabe alimentar expectativas de cambiar el actual estado de las cosas...”

Wagner, no prelo.

A fabulosa e desconcertante tese de doutoramento de Manuel Álvarez Martí-Aguilar (2000, *passim*), é uma obra fundamental para o entendimento da evolução política e do seu reflexo sobre a interpretação do conjunto complexo em que se transforma Tartessos e, conseqüentemente, Argantónio, ao longo de quase quinhentos anos de investigação, sendo a base deste texto. Dividimos, não obstante, as várias opiniões em grandes linhas de pensamento, de modo a não repetir as propostas de interpretação. Supõe-se, portanto, que a figura de proa da historiografia tartésica acompanha o conceito que as várias épocas têm de *Nação*.

## 2.1 Argantónio, Rei de Espanha, Herói nacional. Nação e Nacionalismo

Basicamente, este rei, indiscutivelmente nativo, tornou-se um ícon da resistência espanhola face às tentativas de domínio dos estrangeiros em território nacional, o que lhe conferiu, para além da justificação de uma tradição monárquica nacional com raiz em Tubal, filho de Jafeth e neto de Noé (Gn.10, 1-5), uma imagem de um herói de referência; Florián de Ocampo (1543-93) inaugurou este ciclo na historiografia espanhola, sendo retomado por Juan de Mariana alguns anos depois (*Historia de Rebus Hispaniae*, 1592-95). O monarca de Tartessos seria, portanto, um símbolo da resistência de um povo, naturalmente pacífico, ingénuo e rico, aos tiranos estrangeiros, tal como os cristãos durante oito séculos de domínio muçulmano na Península Ibérica, num enclave de resistência tartéssico, tal como os montes cantábricos nos séculos anteriores; neste jogo, os focenses são vistos como o povo que veio avisar Argantónio da malícia dos fenícios (Ocampo 1791 I, 344, em Martí-Aguilar, 2000, p. 24), desejosos de submeter os tartéssicos e apoderar-se dos seus metais. Segundo Ocampo, Argantónio é eleito rei em 622 a.C., abrindo uma fase de paz, liberdade e independência espanhola face aos fenícios que ocupavam a zona desde 822 a.C.; a sua morte em 542 a.C. e a falta de unidade espanhola abrem caminho a um novo período de domínio de estrangeiros: os cartagineses (Martí-Aguilar, 2000, p. 8).

A ideia de um reino que organiza a resistência contra as ameaças à unidade nacional encontra uma certa continuidade no século XVII, durante o qual se procura, essencialmente, glorificar as histórias locais e, como seria de esperar, a exacta localização do "trono" de Argantónio, o que, de certa forma será, já no século XX, retomado por Schülten e continuado pelos seus sucessores até hoje (Schulden, 1945; Martí-Aguilar, 2000; Blázquez, 1992, 1993a, b; Ruiz Mata, 2001), desta vez com base nos achados arqueológicos que tentam provar a existência deste rei, como veremos mais adiante.

## 2.2 Laissez faire, laissez passer: Argantónio e a abertura da Península Ibérica à Civilização.

No século XVIII, procurava-se, sobretudo, compreender o papel dos espanhóis na ocupação progressiva do Continente Americano, o que justifica, de certo modo, a nova importância que os fenícios e focenses ganham neste contexto, como percursos de um renovado conceito de *Civilização* e, conseqüentemente, de Argantónio que, como líder prudente e sábio, permite a entrada dos benefícios que a civilização oriental trazia ao seu povo por intermédio do comércio, sem sequer recorrer à violência. Com o desenvolvimento do comércio e da expansão de um ideal de Civilização e Progresso difundido pela mentalidade de uma burguesia ascendente, Argantónio seria o perfeito arquétipo do Rei Nacional que, à semelhança do que deveria ser um homem do século XVIII, era aberto a esses ideais, criando-se assim à sua volta um ideal de um comércio benéfico e progressista. No entanto, Velázquez de Velasco (1759) afirma que há um conflito latente entre Tartessos e Gadir; entrevê-se um pensamento subjacente a esta afirmação: o papel de Espanha e, mais precisamente, Tartessos, no jogo de forças internacional, ajudando os gregos na construção de muralhas contra os persas, dando assim a este reino um final honroso (Martí-Aguilar, 2000, p. 56-57), ideia que é retomada por Schulden (1945, p. 92-94). Masdeu (1783-1805, III, 89, in Martí-Aguilar, 2000, p. 83) apresenta Argantónio como um "Príncipe benigno, espléndido, y cortés: honraba el mérito de los sugetos, sin excepcion de los extrangeros, atento siempre a las ventajas de su reyno y á la felicidad de sus vasallos. Notó que los Focen-

ses podían ser útiles á sus pueblos comunicándoles nuevas luces, y por ventura tambien al estado, socorriendolo con sus fuerzas para reprimir los progresos de ambicion de los Fenicios Gaditanos [...]", manifestando assim a sabedoria do mítico rei.

No entanto, há algo mais nesta afirmação... Argantónio chega a dominar Gadir, aproveitando a associação entre Tartessos e aquela cidade veiculada sobretudo por Avieno (*Descriptio Orbis Terrae*, 610 ss. Avieno, *Ora Maritima*, 265-295). "Argantonio es perfilado como un monarca ilustre que ofrece su hospitalidad a los focenses por una mezcla de filantropía y cálculo político, ya que sabe que con el aumento de población se enriquece al Estado, más tratándose de gentes industriosas y en un terreno propicio" (Martí-Aguilar, 2000, p. 67-68), destacando por outro lado a imagem de Tartessos como um marco de referência da Civilização no Ocidente (Masdeu, 1783-1805, in Martí-Aguilar, 2000, p. 73-74).

Para além disso, surgiria, pela primeira vez, a associação de Tarsis, o povoador primitivo de Espanha, com Tartessos, o que na historiografia actual parece improvável (cfr. Blázquez, 1986, 1992, 1993a; Presedo, 1997; Ruiz Mata, 2001, para a síntese desta discussão), exaltando assim uma glória nacional cujo nome é citado no Génesis bíblico como filho de Javan, neto de Jafeth e bisneto de Noé (Gn. 10, 1-5).

### 2.3 Argantónio, Tirano: uma complexa realidade política

O sistema político de Tartessos e a sua estruturação social ainda não foram suficientemente bem definidos na investigação histórica e arqueológica, quer pela falta de dados suficientemente consistentes que lancem novas perspectivas de análise, quer pela falta de novas interpretações baseadas em critérios metodológicos distintos daqueles que têm sido utilizados até agora (Tejera Gaspar, 1993, p. 560).

Heródoto menciona a existência de, pelo menos, duas realidades que dificultam a análise, chegando mesmo a fazer-nos duvidar da existência de uma entidade política como um *Basileus* ou, se preferirmos, um rei à imagem da Grécia Arcaica, ao qual se junta o epíteto de *Tirano*. Alguns investigadores crêem peremptoriamente na existência de um reinado com estas características numa realidade do Bronze Final Peninsular (Schulten, 1945, p. 92-93; Presedo, 1986), caracterizado pela sua proverbial riqueza e pela felicidade do seu povo (Sureda, 1979, p. 157). São vários os argumentos que contribuem para a formação desta ideia: Heródoto foi o primeiro historiador que se dedica a escrever uma *História* e não mitos, ainda que nem sempre o consiga fazer; para além disso, como Dório, conhecia perfeitamente os termos que aplicava à personalidade de Argantónio, embora a sua longevidade produza alguma confusão e possa, de alguma forma, questionar a veracidade da informação de que dispomos (Presedo, 1986, p. 53-54).

O mesmo Francisco Presedo (1986, p. 54) afirma: "Espero que podamos creerlo en lo fundamental. La tradición de la historiografía es unánime en este punto considerando a Argantonio como un rey básicamente histórico", teoria que encontra eco entre vários investigadores (Mata Carriazo, 1978; Almagro-Gorbea, 1993, 1996; Blázquez, 1993b; cfr. Ruiz Mata, 2001), embora não se pense que Argantónio dominou um reino com as proporções que se encontram noutros territórios do Mediterrâneo Central e Oriental. Desta forma, esta linha de pensamento considera o rei tartéssico como um verdadeiro *Basileus*, afastando uma possível contradição na descrição feita pelo "Pai da História", a julgar pela aplicação dos mesmos termos em outras partes da obra, em que caracteriza *bons tiranos* (V, 92: Presedo, 1986, p. 54); tal hipótese deve ser, na nossa óptica, ponderada com base no facto de que Heródoto, nas suas viagens, nunca esteve na

Península Ibérica e, para além disso, este território é poucas vezes referido ao longo da sua *História*. Analisemos, não obstante, o conceito de *Tirano*.

Na opinião de Presedo, um tirano pode ser um governante que sobe ao poder com o apoio do *Demos*, o que contraria a ideia de M.I. Finley: "originalmente, "tirano" significava o facto de um homem se apoderar do poder sem ter autoridade constitucional legítima (diferente de um rei) [...]. Contudo, o poder militar sem controlo era um mal inerente" (Finley, 1988, p. 36). Pode também ser um homem que "se ocupa de las obras públicas y fomenta la navegación, la artesanía y el comercio, llegando a veces a ser un buen tirano", (Presedo, 1986, p. 55, cuja ideia é também defendida por Mossé, 1989, p. 166), tal como seriam os actuais governantes europeus, se tomarmos à letra esta afirmação. Argantónio faz, desta forma, parte de um sistema que visa sobretudo o desenvolvimento económico. Se considerarmos as interpretações feitas sobre o tal "desenvolvimento económico" do Bronze Final Andaluz, verificamos que se daria a formação de elites que detinham nas suas mãos uma boa parte da riqueza, o que, na perspectiva apresentada, levar-nos-ia a questionar qual é o conceito aplicado actualmente e, para o que nos interessa, na antiguidade: a necessidade de aumentar as clivagens sociais para proporcionar e impulsionar o desenvolvimento, o que é, no mínimo, contraditório, tanto na sua aplicabilidade histórica como no próprio sistema actual.

Para além disso, o surgimento de Argantónio nas fontes clássicas pode derivar dos intercâmbios entre focenses e indígenas na região "tartéssica", sendo o citado rei um rico comerciante encarregue de gerir as trocas comerciais (Arruda, 1995).

Por outro lado, o achado de uma máscara de pedra encontrada por um capataz nas "*minas de Tharsis*" com reminiscências mediterrânicas (gregas de época arcaica, orientais e púnicas) foi interpretada por Juan de Mata Carriazo (1978, p. 230-235) como uma representação de um ancião com longos cabelos e barbas ou, numa palavra, Argantónio, já que também coincidiria cronologicamente com a época deste rei, o que levaria, na opinião do autor, à conclusão de que havia um poder pessoal indígena, sendo o dito objecto uma manifestação de culto ao líder.

A aplicação de um conceito grego a uma realidade peninsular não encontra, por outro lado, eco noutra linha de investigação (Wagner, 2000, no prelo; Ruiz Mata, 2001), que prefere referir-se a um modelo de sistemas de parentesco como base da formação de elites locais, enfim, de chegados avançados ou de uma "cultura de príncipes" inserida num contexto de "economias de prestígio" (Wagner, 1992, 1993, 2000) que nada têm que ver com a existência de uma "realidade tartéssica"; neste sentido, as respostas arqueológicas a estas perguntas parecem inexistentes.

Por outro lado, o tirano podia ser um líder militar, o que não parece provável aos olhos dos investigadores actuais, uma vez que parece que o seu carácter militar desapareceu com o crescimento da riqueza (Presedo, 1986, p. 56), ainda que se pense que essa tal alteração é prévia à chegada dos fenícios (Carrillero Milán, 1993, p. 164).

Por outro lado, o *topos* literário da longevidade de Argantónio e a legitimidade do seu poder é interpretada por A. García y Bellido e Maluquer de Motes como uma prova, ou melhor, uma suspeita da existência de uma dinastia (Sureda, 1979; Blázquez, 1986, 1992, 1993a), o que poderíamos enquadrar num contexto de relações de parentesco e de vínculos hereditários e, claro está, de um poder pessoal; não somos partidários desta ideia, uma vez que não existe qualquer tipo de dado histórico ou arqueológico que a sustente convenientemente (Carrillero Milán, 1993; Wagner, 1993, 2000), dada a pouca fiabilidade das referências directas e até mesmo do carácter histórico das próprias fontes literárias. No que concerne às interpretações do registo arqueológico em relação à estrutura social tartéssica, parece haver provas, especialmente patentes nos túmulos A e H da Necrópole de Setefilla (Aubert, 1993; Blázquez, 1992, 1997; Ruiz Mata, 2001),

da existência da tal “cultura de príncipes” caracterizada pelo destaque de grupos de parentesco no seio da sociedade, organizados num sistema hereditário. Estes e outros achados, nomeadamente na necrópole de La Joya, parecem sugerir-nos que, de facto, terão existido *elites* em determinados territórios, organizadas mediante relações de parentesco e dependência (Aubert, 1993; Wagner, 2000).

#### 2.4 Argantónio, *hábil* estratégia de mercado, e as alianças inter-territoriais.

Nesta linha de pensamento, Argantónio convidara os focenses a estabelecer-se no seu território devido ao recuo que o comércio fenício tivera a finais do Séc. VII a.C. para relançar o mercado e escoar os seus produtos, aproveitando-se do desejo que os focenses tinham de dominar um “mercado livre” que lhes daria amplas possibilidades de desenvolvimento económico (Aubert, 1986; Ruiz Mata, 2001), num cenário de crise de subsistência. Entender-se-ia, desta forma, Argantónio numa perspectiva demasiadamente actual de *Economia de Mercado* e de *Neoliberalismo económico*, teorias estas que são absolutamente refutadas por Carlos Wagner (1992, 2000, no prelo), que prefere interpretar as sociedades antigas com base nas teorias de Karl Polanyi e Marcel Mauss em relação à reciprocidade e intercâmbio, caracterizando-as como sociedades pré-monetárias, cujo quadro conceptual difere muito do que é proposto por aquela linha de investigação.

Por outro lado, considerando Argantónio como tirano, seria possível a existência de um rico comerciante indígena (ou um chefe local que dinamiza os intercâmbios) que acede ao poder, o que se poderia adequar à suposta definição do perfil da realeza tartéssica (Presedo, 1986, p. 55), talvez como um poder de uma aristocracia comerciante ou de uma “burguesia” dominante. Esta ideia não parece afastar-se muito das ideias propostas já no Séc. XVIII, em que se procurava uma produção historiográfica que respondesse às questões da ascensão da burguesia a cargos públicos.

Por outro lado, outros investigadores preferem ver na amizade entre Argantónio e os focenses um indício de um sistema de alianças comerciais e políticas que, certamente, teriam influenciado nas mudanças culturais registadas em ambiente autóctone, levando mesmo aos elementos que caracterizam a “cultura tartéssica” (Tejera Gaspar, 1993, p. 553-554). Convém referir que o intercâmbio de serviços, presentes e matrimónios estabelecem um vínculo social de obrigações recíprocas, chegando mesmo a ser a condição essencial para a existência de contactos pacíficos entre os povos (Mauss, 2001; Lévi-Strauss, 1974; Sahlins, 1977; Lombard, 1997; Harris, 2001; Wagner, 1992, no prelo). As relações de hospitalidade cumprem igualmente esse papel, como aliás está bem demonstrado em *Odisseia*, em que este tipo de vínculos chega mesmo a ser hereditário, seguindo-se um intercâmbio de presentes que simbolizam um certo grau de prestígio. No caso de Argantónio poderíamos pensar num “comércio aristocrático”, que geralmente é entendido como uma aliança comercial e política, levando isto a uma ulterior “esfera de intercâmbio” com territórios mais afastados da área especificamente tartéssica.

No entanto, há quem queira relacionar a imagem de Argantónio com o comércio focense na Península Ibérica, devido à presença de ânforas ródias, quiotas ou chipriotas, transportando provavelmente vinho e azeite, encontradas em escavações em povoados tartéssicos (Blázquez, 1992; Presedo, 1997; Ruiz Mata, 2001); esta teoria pode ser, de facto, um sustento para as viagens focenses como a de Colaios de Samos (Heródoto IV, 152) à região tartéssica, mas, no nosso ponto de vista, parece insuficiente para provar a existência deste rei, uma vez que a validade de um dado não implica a veracidade do outro, agindo como dois elementos independentes. Já antes

Schülten tentava identificar Tartessos no "Coto de Doña Ana" (Doñana), onde existiu uma colónia romana construída com as pedras da antiga cidade, partindo do pressuposto de que o anel encontrado durante as escavações por ele dirigidas, com inscrições gregas arcaicas datadas do século VII a.C., coincidia com o horizonte cronológico das viagens dos focenses.

### 3 A linguística (*Arg- = prata*)

Recorrendo a análises linguísticas, o próprio antropónimo, de raiz *Arg-* remete-nos para uma atribuição linguística à prata e, conseqüentemente, à "Montanha Argêntea" citada nas fontes literárias; esta raiz está presente em várias palavras de línguas indo-europeias (Schulden, 1945; Lévêque, 1990) com este mesmo significado. Schülten admite esta possibilidade, referindo-se a uma inscrição de Segóbriga na qual se lê "*Arganto Medutica Melmani filia*" (Schulden, 1945, p. 94-95), apesar de entrever no nome de Argantónio uma raiz etrusca (*arcanti*), sustentando que existia uma montanha em Misia com esse nome, situada no mar de Mármara, junto à qual se encontra o rio Tarsis (Schulden, 1945, p. 12, 94). Por isso, a etimologia deste personagem tartéssico pode ser vista como "o homem de prata", o que, para os filólogos, é a prova da presença celta em Tartessos, dado que seria consubstanciado pela cerâmica de Cástulo, com evidentes influências da Meseta castelhana (Blázquez, 1993, p. 239).

O próprio nome de Argantónio e a sua longevidade, comparada com as descrições de Tartessos como um reino rico em prata podem, em definitiva, remeter-nos para um simbolismo relacionado com aquele metal. Falta, no entanto, mais um item que ajudou à conclusão do nosso estudo... as "Idades do Homem", n' *Os Trabalhos e os Dias*, de Hesíodo.

### 4. A mitologia

*"Qualquer que seja a sua natureza, o mito é sempre um precedente e um exemplo, não só em relação às acções – "sagradas ou profanas" – do homem, mas também da sua condição."*

Eliade, 1997, p. 515

Teoricamente, os mitos podem justificar um modo de vida, nas suas vertentes social e económica, de uma determinada sociedade, a fundação de cidades, para além de criarem muitas vezes imagens de reinos e reis distantes que, de certa forma, representam utopias e um imaginário de felicidade, fertilidade, etc, que se aproximam de um tempo ao qual pertencem os antepassados e, finalmente, os deuses. Desta forma, podemos verificar em muitas passagens das obras greco-latinas que existe uma ideia de "decadência" da Humanidade, tal como se pode entrever no livro do *Génesis* na Bíblia e em várias cosmogonias da antiguidade, assim como uma ideia de respeito pelos antepassados: note-se, por exemplo, a constante identificação de alguém com o nome do seu Pai na literatura da Antiguidade no seu sentido mais alargado, estando sempre presente o pensamento de que um filho raramente supera o seu progenitor. Por outro lado, os mitos podem também ser o resultado do instinto humano para garantir a sua reprodução, o que entra no campo da Sociobiologia (Wilson, 1980).

Neste sentido, outras teorias preferem encarar a realeza de Argantónio como um mistério ainda por resolver, sendo então atribuído um significado épico às viagens focenses a Tartessos e destacado um certo elemento mítico de riqueza metalífera e agrícola que levava à identificação

de paisagens míticas como Erítia, presentes nas viagens de Hércules aos limites da Terra Habitada, na qual Tartessos e Argantónio são parte integrante de um conceito de fonte de riqueza misteriosa e longínqua (Plácido, 1989). É neste sentido que vamos propor a nossa interpretação, aduzindo um novo dado à discussão.

Alertamos, porém, para o facto de que Argantónio, embora seja a figura central deste artigo, não é o único mito que as fontes clássicas referem em relação a Tartessos. Mitos de realeza como o de Gágoris e Habis<sup>2</sup>, transmitido por Justino (XLIV, 4-16) e mais antigo ainda, o de Gérion, o boieiro morto por Hércules; segundo Estesícoro, Gérion nascera “nas argentas raízes do rio Tartessos, num esconderijo da rocha” (Estr. III 2, 11). Ambos são encarados pela historiografia actual como relatos míticos e não como informação histórica de uma forma unânime.

No entanto, “de Argantónio y sus riquezas a las tradiciones míticas, existen lazos de transmisión en los que todavía es preciso investigar mucho para establecerlos con relativa certeza” (Plácido, 1989, p. 46), devido à escassez do registo arqueológico e da própria natureza das fontes literárias, que tendem a misturar dois conceitos, o Mito e a História, se bem que, na nossa perspectiva, esta separação não está totalmente esclarecida nas épocas que tratamos, uma vez que ambos fazem parte da identificação de um povo, exactamente na mesma medida: a identificação de um antepassado comum é, ao mesmo tempo, mítica e histórica. Hércules, como *o melhor dos homens*, definidor do mundo grego, segue essa direcção e identificam-se as suas aventuras na Península Ibérica, onde estavam localizados, em tempos de Heródoto, os limites da *Ecumene*.

Neste sentido, a influência do Templo de Melkart em Gadir podia ter sido de importância decisiva na definição e transmissão destas paisagens e histórias, aproveitadas e “recicladas” pelos gregos mediante um processo de manipulação ou adaptação (Plácido, 1989; Aubet, 1994), o que, como iremos ver, pode enquadrar-se nas duas versões do mito estudadas neste texto. Por outro lado, o tempo histórico em que se move o comércio fenício no Ocidente remonta ao tempo mítico dos heróis na elaboração dos poemas épicos e lendários; Colaios de Samos, por exemplo, contactou de forma intensa com os fenícios, segundo Mnesarco, apesar de se evitar a referência a este povo, talvez pelo desprestígio que o acompanha (Plácido, 1989, p. 45). Este dado pode confirmar o papel da influência de relatos fenícios que não deixam, eles próprios, de ser dotados de um forte elemento épico, como é o caso da fundação de Gadir (Estr. III 5, 5).

A questão gira, essencialmente, em torno da longevidade de Argantónio, que nos remeteria para um carácter fantástico, o que não é unânime entre os investigadores. A interpretação de J. Caro Baroja vai no sentido de admitir que a longevidade dos reis tartéssicos é uma característica de reis com um significado fantástico, como forma de simbolizar a felicidade e produtividade de um reino, enquanto que outros investigadores consideram-no um *ex-libris* de uma monarquia patriarcal por excelência, governando pacificamente um território rico, afastando a hipótese da existência de um rei mítico. Para investigadores como Nuria Sureda, “es lógico que así sea, pues se trata de un monarca que vivió a finales del Siglo VII a.C., es decir, en una época en que los mitos pertenecen sólo a la tradición histórica” (Sureda, 1979, p. 157), de forma que Argantónio se converte num símbolo de felicidade e riqueza do reino de Tartessos (Mata Carriazo, 1978; Maluquer de Motes, citado em Alvar, 1993; Sureda, 1979; Blázquez, 1986, 1992, 1993a, 1993b; cfr. Ruiz Mata, 2001).

Ao tentar definir a ideia presente na mitologia que poderá estar associada à figura de Argantónio, destacámos uma série de elementos que nos pareceram importantes, nomeadamente as funções sociais e morais de um mito e algumas associações interessantes. Recorde-se que existe actualmente uma imensa bibliografia sobre as teorias do “nascimento” dos mitos. Não foi objecto deste estudo a sua caracterização, pelo que expomos de forma sucinta uma possível estrutura dos mitos cosmogónicos em geral.

Numa primeira fase, a que é considerada mais perfeita e distante, enfim, a utopia no seu estado mais puro, os deuses povoam a Terra e criam o Homem que, de geração em geração, se afasta dessa perfeição original, reflectindo o Ser Humano como naturalmente imperfeito. Por isso, os mitos vão de encontro a essa ideia, e cabe ao Ser Humano de uma determinada época adaptá-los aos seus desejos e medos mais profundos, o que justifica a alteração de algumas tradições ao longo dos tempos derivada de uma interpretação contemporânea, ou seja, a busca dos mitos e do passado responde a inquietações que o presente oferece para poder obter-se uma perspectiva para o futuro.

O "Mito das Idades", de Hesíodo, representa claramente este tipo de pensamento do Homem em relação a si mesmo no presente e a sua origem no passado, entre vendo no futuro um *apocalipse* que representa o fecho de um círculo que opõe vários conceitos como criação e destruição, bem e mal, enfim, tudo aquilo que podemos conceber abstractamente e que não entendemos sem, pelo menos, uma ideia de oposição, surgindo isto como reflexo da incapacidade humana em definir os conceitos que a sua própria existência cria. Por outro lado, não podemos dissociar este mito com aquele que é apresentado anteriormente: o de Prometeu e Pandora; neste caso, Zeus castiga os homens, condenando-os ao trabalho, aos sofrimentos e à necessária e inevitável morte, privando-os do seu estado natural de felicidade; seria, portanto, no passado que se encontram os ideais de felicidade e de riqueza. Inevitavelmente, entramos na questão da concepção grega de *tempo*, cuja discussão deve permanecer fora do âmbito do presente texto (cfr. Vernant, 1993, p. 21-88; Pereira, 1998a).

Assim, surge, segundo Hesíodo, uma "raça" de Homens de ouro (*Trab.* 110-119) criada pelos deuses olímpicos na época de Crono; estes viviam como deuses sem preocupações, sem miséria e longe do mal, vivendo durante muitos anos, morrendo durante o sono, sem sofrimento... "tinham todo o tipo de bens e a terra de ricas entranhas produzia espontaneamente muito e abundante fruto". Por decisão de Zeus, esta "raça" de homens é sepultada (*Trab.* 120-127) e segue-se-lhe outra:

*"A segunda raça a vir, a de prata, bem pior que a anterior, fizeram-na os deuses que habitam no Olimpo. Não era igual à de ouro, nem de corpo nem de espírito. Os filhos eram criados, durante cem anos, junto a sua mãe sensata, muito pueris, na sua casa. Mas, quando cresciam e chegavam ao termo da juventude, viviam muito pouco tempo, cheios de sofrimento, pela sua loucura. Não podiam impedir-se de terem uns com os outros insolência desmedida, nem queriam prestar culto aos deuses, nem sacrifícios sobre os altares dos bem-aventurados, então Zeus Crónida, irado, sepultou-os, pois não prestavam honra aos bem-aventurados, senhores do Olimpo. Depois que a terra ocultou também esta raça, são chamados pelos mortais bem-aventurados subterrâneos, divindades secundárias, mas às quais compete alguma honra."*

Hesíodo, *Trab.* 128-142

(Tradução de M.<sup>a</sup> H. da Rocha Pereira, 1998b)

Como já foi referido, verifica-se uma ideia de "decadência" da Humanidade, extremamente bem representada pela "Idade de Bronze", caracterizada por homens violentos e rudes (*Trab.* 145-149); este processo é interrompido pela "Idade dos Heróis" que lutaram junto a Tebas e a Tróia e, pela primeira vez neste texto, refere-se um território distante situado nos limites da terra habitada para onde os deuses enviam esses heróis (*Trab.*, 156-173), ideia que nos é transmitida também por Homero (*Od.* IV, 563-568). Cremos que o elemento da "Raça dos Heróis" é introduzido posteriormente por Hesíodo, sendo importante pelo facto de reflectir um destino para esses homens (que, para todos os efeitos, estão entre os homens e os deuses, possuindo qualidades

fora do normal) e não tanto uma condição perdida do Ser Humano (Vernant, 1993, p. 23; Pereira, 1998a, p. 155-167). Finalmente, Hesíodo vive na "Idade do Ferro", que convive constantemente com preocupações e miséria e que anuncia, finalmente, o tal *apocalipse* (Trab. 176-184) ou, pelo menos, o estado extremo deste ciclo simbólico.

*“Los viajes fenicios a Tartessos comenzaron hacia el 1100; los focenses, hacia 700. No es, pues, de extrañar que encontremos ya en Homero, sobre todo en sus partes más recientes, cierta noción del Océano Occidental y de las cosas que en él había. Y es natural que los mito que seguían a la amplificación del saber geográfico se trasladaran ahora al lejano Occidente. Es un fenómeno general que los colonizadores lleven consigo en sus expediciones a los países remotos sus dioses lares y utilicen los nombres de ellos para designar los lugares de su nuevo hogar.”*

Schulten, 1945, p. 96

Geralmente, os mitos de produtividade gregos encontram-se nos referidos limites da *Ecumene* e, ao serem abertos à crítica e à reflexão, são decifrados e identificados em vários territórios à medida que se conhecem melhor esses confins, se tomarmos, por exemplo, a consideração de Schülten. Por este motivo, paisagens míticas como os Pastos de Gérion acabam por localizar-se na Península Ibérica à medida que o conhecimento deste território aumentava. É com assombro que vários autores gregos e, inclusive, latinos, descrevem o território peninsular por este ser bastante rico e variado, o que, de certa forma, vai ao encontro das tão procuradas respostas aos mitos que nos são transmitidos por Homero e Hesíodo, levando-nos a crer que todas as idealizações criadas viajam na mente dos marinheiros e colonizadores que povoaram este território tão distante dos seus lugares de origem. No entanto, alguns destes conhecimentos podem ter sido transmitidos aos gregos por intermédio dos contactos comerciais estabelecidos com os fenícios, o que se enquadraria na formação da figura mítica de Argantónio.

Em muitos casos, o Mito converte-se em História, o que dificulta muitas vezes a análise das fontes literárias, incluindo aquelas que, como a de Heródoto, estão dotadas de uma preocupação que se afasta muito dos textos de Homero ou Hesíodo, os famosos “pais” dos nomes dos deuses e das principais cosmogonias gregas. Assim, o carácter épico da viagem dos focenses a Tartessos poderia vincular-se a aspectos míticos atribuídos a riquezas longínquas de minerais que a tradição oral e escrita se encarregou de difundir, sendo Argantónio o laço que une o mito a uma realidade conhecida (ou imaginada) e assombrosamente rica como o é Tartessos na literatura grega. No entanto, a relação entre a descrição que nos chega por intermédio de Heródoto acerca das riquezas de um rei peninsular e a sua transmissão é ainda um terreno de portas abertas à investigação científica, uma vez que “a própria natureza das fontes que, pela sua essência, tendem a amalgamar os tempos para que uns dados sirvam de apoio a outros” (Plácido, 1989, p. 46), para além de estabelecer um universo ideológico que mistura constantemente o passado e o presente, como consequência da interpretação dos mitos da época arcaica.

Por outro lado, ainda na linha das viagens de Hércules aos confins da Terra habitada, é provável que este herói tenha sido resultado de uma longa tradição que o liga a outros semideuses como, por exemplo, Gilgamesh (Grimal, s.d.; García Gual, 2001), o que pode conduzir-nos à ideia de que as viagens fenícias a Ocidente e o próprio templo de Melqart poderiam ser uma referência para as viagens gregas, que não fizeram mais que manipular ou, por outro lado, adaptá-las às suas preocupações quotidianas.

Afastando-nos da ideia das tais *crenças* de produtividade e dos castigos divinos, a caracterização de Argantónio como um rei, ou melhor, um *Basileus*, levou-nos a outra versão do

mito, transmitida por Platão em *República*. Segundo nos informa o autor, este tem origem fenícia (*Rep.* III, 414c) e está intimamente relacionado com a vida política e, por outro lado, com a mesma ideia de contraste entre o valor dos metais: todos os humanos são iguais por natureza, mas os deuses modelaram o Homem com uma mistura de ouro que define quem é capaz de governar, pelo que, por definição, os governantes são os homens mais valiosos. Por outro lado, os homens de prata são os seus guardiões, o que não implica necessariamente que um homem de prata não possa gerar um filho de ouro e vice-versa (*Rep.* III 415a-b). Passa-se o mesmo com os homens de bronze e ferro, cuja única possibilidade de ascensão social é a de nascer com prata; isto leva-nos a uma certa ideia de *selecção* natural na qual tudo se passa ao mesmo tempo, sem uma sequência de gerações, numa oposição entre governantes e guardiões (ouro e prata) e artesãos e camponeses (bronze e ferro), partindo-se do pressuposto que o Estado sucumbe quando é guardado por um homem de bronze ou ferro (*Rep.* III 415b-d). Neste sentido, o mito justifica um conjunto de relações sociais, opondo dominadores e dominados numa ideia apoiada pela própria mitologia que define uma ordem social e, ao mesmo tempo, divina.

No entanto, o mito, mesmo que o encaremos com duas versões (Vernant, 1993), parece apresentar dois tipos de concepção relativos ao tempo em que se desenvolve: Hesíodo parece apresentá-lo como uma sucessão temporal ou espiritual que se repete (como podem demonstrar os versos 174-175. Pereira, 1998b, p. 95), enquanto que em Platão o relato desenvolve-se num mesmo tempo, aplicado a um presente em que os homens são constantemente seleccionados pelas divindades; o facto de não se aludir ao "mito das Idades" no fragmento de *República* leva-nos a crer que são dois mitos com conteúdos e finalidades distintas, e não duas versões de um mesmo mito, apesar da coincidência. Não obstante, podemos pensar que em Hesíodo o mito tem outros contornos para poder, eventualmente, introduzir a "Idade dos Heróis" como forma de exaltar a glória de uma "geração" de guerreiros valorosos e mitificados, o que nos pode levar a pensar em duas interpretações distintas.

Este dado levanta-nos, no entanto, uma dificuldade que poderá ou não ser esclarecida com novos estudos. Considerando a ideia de M.<sup>a</sup> Eugenia Aubet (1994) e de Domingo Plácido (1989) em relação à influência do Templo de Melqart, o segundo mito apresentado poderia levar-nos a uma realidade ainda mais complexa: Heródoto refere-se a Tartessos como um *Emporion*, o que não deixa de ser interessante, posto que, por definição, um estabelecimento destas características tem, geralmente, uma espécie de "protector" ou alguém que representa um poder central; nesta linha de interpretação, sendo o mito fenício, Argantónio poderia ser um "guardião" do poder de Tiro na dita factoria. Falta, no entanto, saber com clareza se "el más antiguo rey español de nombre conocido" (Mata Carriazo, 1978, p. 227) é, de facto, uma criação fenícia com a estrutura do seu mito ou se, por outro lado, é uma adaptação ao mito grego das idades do homem, ou mesmo o resultado de um mecanismo complexo de transmissão em que jogam estas duas hipóteses.

O tema de Argantónio não se esgota, como podemos ver, no seu nome e nos vestígios arqueológicos que supostamente provam a sua existência... analisando mais cuidadosamente a ideia transmitida na "Idade de Prata" presente em Hesíodo, os homens vivem pouco mais de cem anos, tal como no *Génesis* bíblico nas gerações pós-diluvianas, como já foi dito anteriormente. A sua vida de cento e vinte anos seria, desta forma, o possível resultado de todo um universo simbólico relacionado com a prata e com a predestinação divina, cuja riqueza é proverbial em Tartessos, o que se reflecte na própria etimologia do "Homem da Prata".

## 5. Conclusão

São, portanto, três grandes coincidências que se manifestam na figura do mítico rei: o seu território, Tartessos, é conhecido no mundo antigo pela sua riqueza em prata; o seu nome indicamos o sentido que lhe é dado e, finalmente, a sua raiz mítica na tal "Idade de Prata", consubstanciada pela sua longevidade. Esta ideia poderia, eventualmente, lançar as bases para uma revisão mais profunda da questão tartéssica, posto que uma análise mais detida das fontes literárias que referem este território, pelo tipo de descrição, assemelham-se em muito a outros mitos que se deslocaram para Ocidente, à medida que se conheciam melhor os limites da Terra habitada, daí a suspeita levantada por Estrabão (III 2, 12-13; III 4, 4) em relação ao conhecimento de Tartessos por Homero, já que os Campos Elíseos e Eritia são atribuídos por vários autores gregos à zona Andaluz, devido às riquezas do seu território.

Para além destas considerações, não devemos esquecer o significado simbólico da prata noutros contextos cognitivos: tradicionalmente, é um elemento de oposição ao ouro ou, por outras palavras, entre o aquático, lunar e feminino, e o solar, celeste e masculino, sendo um símbolo presente em outras mitologias como a egípcia, a russa e até mesmo no quadro de referência cristão, com um significado divino de pureza e brancura, amiúde associado à realeza (Chevalier e Gheerbrant, 1994, p. 842-843).

*"E estes autores [gregos] atreveram-se a escrever sobre estes povos, atribuindo-lhes costumes que nem têm nem lhes foram atribuídos. A causa do seu desconhecimento da verdade é a sua absoluta falta de trato com estes povos; e a de que escrevam mentiras, o querer aparentar que a sua história abarca mais que as dos demais. Como havia de surpreender-nos todavia que o nosso povo seja desconhecido para muitos autores e não lhes haja proporcionado a ocasião de mencioná-lo nos seus escritos, estando situado tão longe do mar e havendo escolhido semelhante género de vida?"*

Josefo, *Contra Apíão*, I, 12.

(Tradução de Margarita Rodríguez de Sepúlveda, Madrid, Gredos, 2001, adaptado)

Independentemente das interpretações apresentadas anteriormente, cabe afirmar que o próprio "mito" de Argantónio talvez nunca deixou de o ser na historiografia que, desde o Séc. XVI aos nossos dias, tem reivindicado o seu poder, tornando-o num autêntico representante das várias classes que representaram o poder instituído ao longo destes séculos, enfim, num verdadeiro "mito de classes". Por outro lado, nenhum dos autores clássicos refere Argantónio como um rei indígena, dando-se aqui um caso de uma possível apropriação histórica ao longo de vários séculos de investigação que reivindica a existência de Tartessos como uma realidade indígena com elementos orientalizantes.

Não obstante, o facto de encontrarmos uma referência a Tartessos como um porto inexplorado, entre 640 e 630 a.C., parece-nos suficiente para duvidar da total veracidade do relato, ainda que estes anos correspondam, em larga medida, ao ressurgimento da cerâmica grega na região de Huelva, o que pode, eventualmente, confirmar a presença dos focenses e de Colaio na região "tartéssica" (Arruda, 1995; López Pardo, 2000).

Finalmente, poderíamos concluir que Argantónio é, quiçá, uma invenção de marinheiros gregos ou fenícios para descrever um território tão rico como o é a região andaluz e adaptado a um quadro de referência mitológico que fazia parte da vivência dos homens de então. No entanto, não assistimos neste caso à localização de um território mítico como em várias referências ao longo da literatura antiga; no "Mito das Idades", os homens da Idade de prata são apelidados de

“bem-aventurados mortais”, e os heróis vivem nos confins da terra habitada, isto é, nos Campos Elíseos (*Od.* IV, 563-568, retomado em Estrabão III 2, 13 para analisar esta mesma realidade). Por outro lado, não podemos deixar de lado o facto de que as notícias que nos chegam de Argantónio podem ser o resultado de uma série de alterações feitas ao relato original durante mais de cem anos (López Pardo, 2000).

Argantónio seria então um rei de um território proverbialmente rico em prata, num reino que, também ele, pode ser mítico, se o compararmos com outras descrições similares. Este tipo de estudo ainda não encontrou, até agora, eco suficiente nas investigações sobre o tema de Tartessos, o que seria, provavelmente, um interessante campo de estudo para futuros trabalhos.

A interpretação de Argantónio como um personagem mítico visto como um testemunho “vivo” de um mito da época arcaica grega ou, por outro lado, a possibilidade de uma história do Templo de Melqart afiguram-se-nos, desta forma, como propostas de trabalho interessantes para uma futura discussão que, com o tempo, provará ou não a sua pertinência e alcance. É, no entanto, necessário investigar bastante mais neste sentido para que encontremos uma resposta mais coerente e adequada ao que julgamos ter sido uma adaptação de um mito, provavelmente de origem fenícia, talvez com base na relação global deste tipo de relatos míticos com fontes orientais, de modo a tentar definir a sua origem, tanto no espaço como no tempo e relacioná-lo coerentemente com aquele com que nos deparamos agora.

---

## NOTAS

\* Aluno de História, Variante de Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Agradecemos aos Professores Carlos Wagner, Francisco Moreno Arrastio (Universidade Complutense de Madrid) e Ana Margarida Arruda (UNIARQ, Universidade de Lisboa) o seu apoio na realização e publicação deste texto.

<sup>1</sup> Substituímos a palavra *dinheiro* da tradução castelhana de Carlos Schrader por *meios* por considerá-la mais correcta à luz da época que tratamos

<sup>2</sup> A obra de Javier Alvarado (1984) é bastante completa, apresentando uma relação com as cosmogonias e os mitos orientais.

---

## BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO-GORBEA, M. (1993) - Tarteso desde sus áreas de influencia: la sociedad palacial en la Península Ibérica. In ALVAR, J.; BLÁZQUEZ, J. M.<sup>a</sup> - *Los enigmas de Tarteso*. Madrid: Cátedra, p. 139-162.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1996) - *Ideología y Poder en Tartessos y el mundo Ibérico*. Madrid: Real Academia de Historia.
- ALVARADO PLANAS, J. (1984) - *Tartessos, Gárgoris y Habis (Del mito cosmogónico al mito de la realeza)*. Madrid: Nueva Acrópolis.
- ARRUDA, A.M. (1995) - *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*. Lisboa: Colibri.
- AUBET, M.<sup>a</sup> E. (1986) - Horizonte cultural protohistórico. In *Tartessos* (Revista de Arqueología, extra n.º 1). Madrid: Zugarto, p. 58-73.
- AUBET, M.<sup>a</sup> E. (1995) - Aproximación a la estructura social y demográfica tartéssica. In *Tartessos 25 años después 1968-1993. Actas del Congreso Conmemorativo del V Symposium Internacional de Prehistoria Peninsular*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento, p. 401-410.
- AUBET, M.<sup>a</sup> E. (1994) - *Tiro y las colonias fenicias de Occidente. Edición ampliada y puesta al día*. Barcelona: Crítica.
- BERMEJO BARRERA, J. (1994) - *Mitología y mitos de la Hispania Prerromana*, 2ªed. Madrid: Akal.
- BLÁZQUEZ, J. M.<sup>a</sup> (1986) - Las fuentes. In *Tartessos* (Revista de Arqueología, extra n.º 1). Madrid: Zugarto, p. 30-43.
- BLÁZQUEZ, J. M.<sup>a</sup> (1992) - *Fenicios, Griegos y Cartagineses en Occidente*. Madrid: Cátedra.
- BLÁZQUEZ, J. M.<sup>a</sup> (1993a) - El enigma de Tarteso en los escritores antiguos y en la investigación moderna. In ALVAR, J.; BLÁZQUEZ, J. M.<sup>a</sup> - *Los enigmas de Tarteso*. Madrid: Cátedra, p. 11-30
- BLÁZQUEZ, J. M.<sup>a</sup> (1993b) - El enigma de la religión tartésica. In ALVAR, J.; BLÁZQUEZ, J. M.<sup>a</sup> - *Los enigmas de Tarteso*. Madrid: Cátedra, p. 117-138.

- BLÁZQUEZ, J. M.<sup>a</sup> (1997) - Poblados y Necrópolis indígenas de influencia semita. In BLÁZQUEZ, J. M.<sup>a</sup> [et al.] - *Historia de España Antigua*. Tomo 1, *Protoshistoria*, 7<sup>a</sup> ed., p. 325-361.
- CARRILLERO MILÁN, M. (1993) - Discusión sobre la formación social tartésica. In ALVAR, J.; BLÁZQUEZ, J. M.<sup>a</sup> - *Los enigmas de Tarteso*. Madrid: Cátedra, p. 163-185.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. (1994) - Prata. In *Dicionário dos símbolos*. Lisboa: Teorema, p. 541.
- DEAMOS, M.B.; CHAPA BRUNET, T. (1997) - *La Edad del Hierro*. Madrid: Ed. Síntesis.
- ELIADE, M. (1997) - *Tratado de História das Religiões*, 3<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições Asa.
- FINLEY, M.I. (1988) - *Os Gregos Antigos*. Lisboa: Ed. 70.
- GARCÍA GUAL, C. (2001) - *Mitos, Viajes, Héroe. Un mundo trágico, poético, de poderes en conflicto*, 3<sup>a</sup> ed.. Madrid: Punto de lectura.
- GRIMAL, P. (s.d.) - *A Mitologia Grega*. Lisboa: Europa - América.
- HARRIS, M. (2001) - *Antropología Cultural*, 3<sup>a</sup> ed.. Madrid: Alianza.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1974) - *Anthropologie Structurale*. Paris: Plon.
- LÉVÉQUE, P. (1990) - *As Primeiras Civilizações*, Vol. III, *Os Indo-Europeus e os Semitas*. Lisboa: Ed. 70.
- LOMBARD, M. (1997) - *Introducción a la Etnología*. Madrid: Akal.
- LÓPEZ CASTRO, J.L. - Difusionismo y cambio cultural en la Protohistoria Española: Tarteso como paradigma. In ALVAR, J.; BLÁZQUEZ, J. M.<sup>a</sup> - *Los enigmas de Tarteso*. Madrid: Cátedra, p. 39-68.
- LÓPEZ PARDO, F. (2000) - *El empeño de Heracles (La exploración del Atlántico en la Antigüedad)*. Madrid: Arco Libros.
- MARTÍ-AGUILAR, M.A. (2000) - *La Imagen de Tartessos en la Historiografía Española (Siglos XVI-XX)*. Trabalho de investigação apresentado na Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Málaga, orientado por Wulff Alonso. Texto policopiado.
- MATA CARRIAZO, J. de (1978) - ¿Retratos de Argantonio?. In *Homenaje a Julio Caro Baroja*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, p. 227-244.
- MAUSS, M. (2001) - *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Ed. 70.
- MOSSÉ, C. (1989) - *A Grécia Arcaica de Homero a Êsquilo*, Lisboa: Ed. 70.
- PEREIRA, M<sup>a</sup> H. da R. (1998a) - *Estudos de história da cultura clássica*. 8<sup>a</sup> ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PEREIRA, M<sup>a</sup> H. da R. (1998b) - *Helade. Antologia da Cultura Grega*, 7<sup>a</sup> ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PLÁCIDO, D. (1989) - Realidades arcaicas de los viajes griegos a Occidente. *Gerión*. Madrid. 7, p. 41-51.
- PLÁCIDO, D. (1993) - La imagen griega de Tarteso. In ALVAR, J.; BLÁZQUEZ, J. M.<sup>a</sup> - *Los enigmas de Tarteso*. Madrid: Cátedra, p. 81-90.
- PRESEDO, F. (1986) - La realeza tartésica. *Revista de Arqueología*, extra nº1, *Tartessos*, p. 44-57.
- PRESEDO, F. (1997) - Tartessos. BLÁZQUEZ, J. M.<sup>a</sup>, et al., *Historia de España Antigua*, Tomo I, *Protoshistoria*, 7<sup>a</sup> ed.. Madrid: Cátedra.
- RUIZ MATA, D. (2001) - Tartessos. In ALMAGRO-GORBEA, M. [et al.] - *Protoshistoria de la Península Ibérica*. Barcelona: Ariel, p. 1-190.
- SAHLINS, M. (1977) - *La economía de la Edad de la Piedra*. Madrid: Akal.
- SCHULTEN, A. (1945) - *Tartessos* [1<sup>a</sup> ed., 1924], 2<sup>a</sup> ed. Madrid: Espasa-Calpe.
- SILVA, A. C. F. da. (1990) - Idade do Ferro em Portugal. In SERRÃO, J.; MARQUES, A.H. de O. (dir.) - *Nova História de Portugal*, Vol. I, *Portugal das origens à romanização*. Volume coordenado por Jorge de Alarcão. Lisboa: Presença.
- SUREDA, N. (1979) - *Las fuentes literarias sobre Tartessos y su relación con el Sureste peninsular*. Murcia: Universidad.
- TEJERA GASPAS, A. (1993) - Tartessos: economía y sociedad. In *Tartessos 25 años después 1968-1993. Actas del Congreso Conmemorativo del V Symposium Internacional de Prehistoria Peninsular*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento, p. 549-559.
- VERNANT, J.-P. (1993) - *Mito y Pensamiento en la Grecia Antigua*. Barcelona: Ariel.
- WAGNER, C. G. (1986) - Tartessos y las tradiciones literarias. *Rivista di Studi Fenici*. Roma. 14:2, p. 201-228.
- WAGNER, C. G. (1992) - Historia Antigua y Antropología: El caso de Tartessos. *Kolaios*, 1, p. 1-37.
- WAGNER, C. G. (1993) - Las estructuras del mundo tartésico. ALVAR, J.; BLÁZQUEZ, J.M.<sup>a</sup>, *Los enigmas de Tarteso*. Madrid: Cátedra, p. 103-116.
- WAGNER, C. G. (2000) - Elites, parentesco y dependencia en Tartessos. In MYRO, M.<sup>a</sup> del M.; CASILLAS, J.M.; ALVAR, J.; PLÁCIDO, D., eds. - *Las edades de la dependencia durante la antigüedad*. Madrid: Ediciones Clásicas, p. 322-347.
- WAGNER, C. G. (no prelo) - *Comercio, Colonización e interacción cultural en el Mediterráneo Antiguo y su entorno. Ensayo de aproximación metodológica*.
- WILSON, E. O. (1980) - *Sobre la naturaleza humana*. México: Fondo de Cultura Económica.